

X PRÊMIO ECONOTEEN DE ENSAIOS

MARCOS GONÇALVES

**EDUCAÇÃO NACIONAL PÚBLICA E A DINÂMICA
SOCIOECONÔMICA**

SÃO PAULO

2016

RESUMO

O presente ensaio objetiva relacionar as variantes do perfil da educação pública no Brasil ao longo da história e de seu reflexo socioeconômico na sociedade. A título de exemplificação, foram estudados dados de indivíduos que tentam ingressar na Universidade de São Paulo, bem como o perfil dos graduandos em Instituições Federais de Ensino Superior, verificando especialmente a renda familiar e a correspondência proporcional de graduandos segundo a raça/cor em comparação com a população do país. O objetivo é verificar o impacto das chamadas ações afirmativas sobre os grupos sociais e suas implicações na sociedade e na economia do país.

Palavras-chave: Progresso social. Desenvolvimento. Democratização do ensino. Desigualdades. Ações afirmativas. Socioeconômica.

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como objetivo demonstrar a construção da educação pública nacional (Educação Básica e o Ensino Superior) e ao enfatizar o Ensino Superior público será demonstrado as características gerais (cor/raça; renda familiar; modalidade de ensino, entre outras) daqueles que obtém ingresso e o contraponto, que são aqueles que não conseguem a vaga, e, por fim, as implicações sociais decorrentes de ações afirmativas de caráter socioeconômico.

Para o educador Anísio Teixeira, uma das uma das figuras mais destacadas do Manifesto Pioneiros da Educação Nova, grupo responsável por propor o progresso social por meio da educação sem distinções de sexo, classes social etc., “educar é crescer. Crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra”.

O crescimento através da educação deve estar nas diversas esferas sociais e em prol do desenvolvimento sustentável dos indivíduos, para isso a sociedade tem que compreender as bases estruturais da educação nacional e os fatores que as constroem, que são principalmente políticos e econômicos. Através de ações afirmativas e da democratização do ensino, as desigualdades sociais que norteiam a sociedade brasileira serão diminuídas e assim sua estrutura rígida poderá modificar-se, visando o crescimento proposto por Anísio Teixeira nos principais setores estruturadores da sociedade - educação, política e economia -, possibilitando prosperidade socioeconômica aos grupos da sociedade e sanando, ao menos em parte, as características negativas (recessão econômica, desemprego, desigualdade de acesso a educação de qualidade etc.) da conjuntura nacional.

O desenvolvimento final versará sobre a conjuntura socioeconômica na população envolvida (direta ou indiretamente) segundo os critérios previamente apresentados. O aspecto econômico estará presente com as modalidades de ingresso no Ensino Superior, sejam elas as tradicionais (o vestibular) ou alternativas. Modalidades estas que estão em constante mudança, principalmente devido às atuações de políticas relacionadas ao ensino brasileiro. A análise dos meios alternativos de ingresso ao ensino universitário, tais como: processos de bonificações; cotas sociais/raciais; “alíquotas” de vagas destinadas a futuros graduandos que possuíam baixa renda etc., estará associada aos exames de seleção e a dinâmica dos grupos sociais a quem estas formas alternativas são destinadas e as variações estruturais que são visadas com foco na economia e na sociedade.

2 COMPREENDENDO A INFRAESTRUTURA

A conjuntura da educação no país é uma construção baseada em mudanças e permanências e pode-se inferir que as principais são políticas e econômicas. A primeira justifica-se, pois ela é o fator determinante da estrutura escolar, ou seja, pela política delimita a rota básica que deve ser seguida em uma matriz de ensino, bem como o currículo. Na segunda - as mudanças e permanências econômicas, pode-se considerar que apresenta de três maneiras: como remédio, cosmético e veneno, como explicado abaixo.

- Como remédio: A economia possibilita o desenvolvimento social por meio da educação. Países economicamente estáveis tendem a investir maiores recursos para a educação como um todo. São exemplos disto: Programas de ingresso alternativo no ensino superior, custeando universidades/faculdades privadas para dar possibilidade de aprendizado e desenvolvimento a camadas que não poderiam anteriormente tê-lo; maior apoio a pesquisas científicas; construção de novas unidades de ensino, assim como meio de recreação; profissionais suplementares (a implementação de duas professoras no nível de alfabetização, por exemplo); criação de creches; aumento qualitativo profissional etc.
- Cosmético – A economia utilizada para mascarar as mazelas e o social sendo afetado por falta de decoro, como em: construções de obras em momentos de eleições governamentais, tendo como fim a reeleição/eleição de determinado indivíduo, ou grupo de indivíduos; meios de formação de profissionais sem o devido grau de qualidade, entre outros.
- Veneno – O fator econômico sendo utilizado com o meio e o fim sendo totalmente prejudiciais à sociedade, exemplos: licitações em meios estatais fraudadas; corrupção; desvios de verba destinada a qualquer esfera, sendo as principais educação e saúde.

A aplicação de uma política é relacionada a algum fator econômico e vice versa. Em implementações de políticas de inclusão social, seja esta educacional, de estruturas físicas (escolas, parques etc) há a necessidade de iniciativa política ou pressão social e o movimento econômico por parte do Estado, seja direto, por meio de seus recursos, ou indireto, por meio de empréstimos. Caso seja indireto (esfera privada) é necessário que o ente privado respeite a norma proposta pelas entidades governamentais para que se possa por em prática o que foi delimitado.

Além desses dois fatores serem os mais importantes, eles realizam uma autorregulamentação, sendo praticamente simultâneas as classificações quando estão em momento correspondentes. Em geral temos que quando os fatores políticos contam com estabilidade, a conjuntura econômica também está estável, assim como quando a economia está em um momento bom, a estrutura política apresenta menores intrigas.

Portanto, dedutivamente, temos que em poucas décadas houve as maiores tentativas de ingresso à universidade, tanto privada como pública. Em períodos recentes, ocorreram diversos movimentos políticos e econômicos (impeachment do Collor, mudança de unidade monetária, programas assistencialistas etc) e isto reflete a situação da sociedade, assim como as características da educação.

3 ECONOMIA COMO MOLDE SOCIOEDUCACIONAL

Tomemos o ensino da educação a partir do momento que esta se tornou reguladora social nas características gerais da periodização histórica (salvo a Pré-História, pois a educação não era reguladora social e a Idade Contemporânea, pois está posteriormente descrita com foco nacional). As estruturas aqui descritas versam sobre o desenvolvimento do continente europeu com relação à educação e da economia, já que este é o principal influente na forma da educação brasileira.

A “Escola Antiga” era uma instituição autoritária, que se utilizava de punições para ensinar e disciplinar. O foco era estabelecer vínculos com as estruturas de poder da sociedade e manter a aristocracia. Os alunos viraram governantes, economistas, filósofos etc, muitos deles após se formarem constituíam o corpo econômico, político e educacional das cidades romanas e das *pólis* gregas, como os sofistas, que ensinavam a retórica. Cabe advertir que educação, tanto econômica quanto política não tinha caráter de emancipação dos alunos, menos ainda de autonomia, pois na sociedade a escravidão (mesmo que em diferentes relações daquelas conhecidas no Brasil) vigorava no sistema de produção.

Na “Escola Medieval” o foco era conservado nas camadas altas da sociedade estamental (portanto não havia mobilidade social). Os formados nas escolas que existiam eram quase que completamente destinados a manutenção do *status* social e do modelo econômico que regia a época, o feudalismo, além do fortalecimento do poder da Igreja. A riqueza era relacionada diretamente à terra que um indivíduo ou uma instituição (no caso a Igreja) possuía. Como esta última possuía grande parte das terras, determinava o ritmo da economia e do ensino.

Por ser um período extenso (476 d. C. – 1453) houve diversas mudanças, das quais as mais profundas foram as que determinaram a mudança para Era “Moderna”. A difusão do comércio nas feiras comerciais; a Igreja perdendo o *status quo*, com as baixas nas terras (que regulavam a *economia feudal*) e uma das mais importantes foi a instituição da ordem monetária *lastreada*, facilitando o progresso comercial e deixando as relações de escambo à margem.

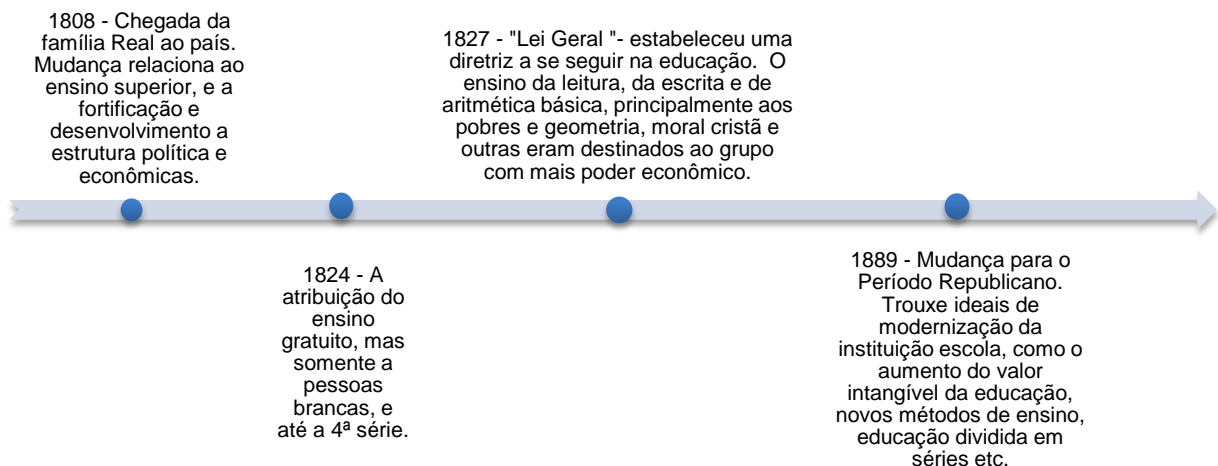
A burguesia que ascendeu na sociedade medieval foi a principal reguladora da sociedade Moderna. A “*Escola Moderna*” deve muitas de suas conquistas a este período, pois o desenvolvimento social, econômico, e da educação é diretamente relacionado com o processo de ideais de liberdade, igualdade, a criação do Estado, entre outros. Estes ideais se relacionaram em prol do desenvolvimento da educação, pois esta começou a ser considerada como libertadora e como possibilidade realista de transformações sociais. No âmbito socioeconômico a liberdade era o principal fator, tanto que fez surgir, após a publicação de “*Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*” de Adam Smith, a estrutura de desenvolvimento econômico “*laissez-faire*”, que influenciou e influencia diversas sociedades.

4 A PÁTRIA EDUCADORA

Partindo da estrutura proposta no item anterior, será analisada a Idade Contemporânea, com foco no Brasil. Esta periodização corresponde ao início da Revolução Francesa, geradora de modificações nas bases econômicas e educacionais na Europa, como já foi descrito, até o atual ano - 2016. No Brasil de 1789, a educação não era fator ativo de mudanças na sociedade, já que tanto no período colonial, como em quase todo Império a escravidão foi o meio para se atingir uma estrutura econômica, portanto a educação não era emancipadora. O fator econômico é explícito no modelo econômico de grande propriedade, monocultura e exportação, conhecido como *plantation* e também a imposição que era feita por Portugal, com o *pacto colonial*, que restringia o comércio colonial a metrópole. Somente com mudanças econômicas e no *ethos* social, é que podemos falar sobre uma educação emancipacionista. Cabe ressaltar que em 1554 foi criado no que atualmente é o bairro da Sé (São Paulo) uma instituição de ensino¹. E quanto às mulheres, o papel de aluna e educadora formou-se a partir do século XIX, já que antes havia mulheres nas escolas, porém poucas, e separadas tanto fisicamente (não ocupavam, em geral, a mesma sala que meninos) quanto com relação à oferta de disciplinas que eram consideradas mais racionais, como geometria.

¹ Colégio Jesuíta com a função básica de catequização dos índios, mas também prestavam serviços educacionais básicos a homens brancos (a metrópole realizava o ensino superior);

Durante o século XIX houve algumas mudanças na educação, destacando-se:



Adentrando a República, temos que no primeiro período (1889-1930) houve cinco mudanças principais. Na primeira, colocada em prática por Benjamim Constant, as esferas de ensino eram basicamente preparatórias para o Ensino Superior. Na segunda mudança, durante cerca de três anos (1911-1914), a federação não era diretamente responsável pelo ensino (Lei Rivadávia), ação esta que ia a contra regra, pois o ensino era centralizado. A terceira foi a instituição de “grupos escolares” e ensino seriado, proporcionando menor variação etária nas salas de aulas; A quarta propunha a educação como meio libertador e direito de todos por meio de instituições estatais, formalizou-se na década de 1920 e a quinta mudança foi a fundação da ABE - Associação Brasileira de Educação, em 1924, compreendia a uma estrutura de diversos profissionais, com a finalidade principal de democratizar o ensino e influenciar a elite para a situação educacional dos mais pobres.

Em 1930 e 1931, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e o Conselho Nacional de Educação - CNE, respectivamente. Um ano depois, foi produzido e assinado por 26 educadores e intelectuais o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que buscava, diretamente influenciado pela ABE, uma educação obrigatória, pública, gratuita, laica e sem discriminações quanto ao sexo e a cor. A Constituição de 1934 incumbiu ao Conselho Nacional de Educação a tarefa de estabelecer o primeiro PNE - Plano Nacional de Educação. No mesmo ano, foi fundada uma das principais instituições do ensino superior no Brasil, a Universidade de São Paulo.

No plano Constitucional houve em 1946 dispositivos voltados à educação, sendo o principal o estabelecimento da educação primária gratuita de fato. Dois anos depois a discussão de uma “Lei de Diretrizes e Bases” entrou em foco, contudo, nada foi realizado formalmente, sendo somente em 1959, com a publicação do “Manifesto dos Educadores Mais uma

Veza Convocados” retomada a discussão e resultando na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961, que tinha como principais características: 12% do orçamento da União e 20% do município destinados à educação; descentralização do ensino no MEC e fortalecimento municipal; ano letivo de 180 dias, entre outras.

Na ditadura militar (1964) a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 não foi excluída, mas modificada, a União Nacional dos Estudantes foi banida em 1967, no mesmo ano foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, visando diminuir o analfabetismo, principalmente em adultos. Em 1969, foi instituído o vestibular como meio classificatório para algumas universidades. Em 1971 foi modificada a Lei de Diretrizes e Bases, tendo como características: municípios deviam destinar 20% do orçamento a educação; 1º grau obrigatório, de 7 aos 14 anos; professores preferencialmente formados ao nível de ensino superior destinados ao 1º e 2º graus; novas disciplinas como educação moral e cívica etc. O ensino profissionalizante foi retirado em 1982 das instituições públicas do ensino médio.

A retomada democrática tem na Constituição de 1988 dispositivos que propunham o prazo de 10 anos para a universalização do ensino e erradicação do analfabetismo. Há também artigos os que se destinam à regulamentar as creches e pré-escolas, a igualdade de acesso e permanência na escola, a adaptação estrutural para estudantes com deficiências e outros. Houve a recriação do CNE². Em 1996 foi criado o FUNDEF (atual– FUNDEB³) e no mesmo ano houve a renovação da Lei de Diretrizes e Bases, com as seguintes características, dentre outras: 800 horas, distribuídas em 200 dias letivos para educação básica; núcleo comum de disciplinas; a União volta a contribuir com o ensino em no mínimo 18% e os estados e municípios em 25% do orçamento; educação básica obrigatória e gratuita. Dois anos depois foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

5 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS EM INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IFES)

Este tópico é destinado a estabelecer por meio de gráficos e tabelas as características do ensino superior público federal a partir de 2003, referente ao perfil dos graduandos. A ANDIFES⁴ realizou uma pesquisa acerca do perfil socioeconômico e cultural dos graduandos

² Entre 1961-94 havia se tornado Conselho Federal de Educação;

³ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 – conjunto de fundos contábeis das três esferas administrativas (municipal; estadual e federal) destinado às três esferas do ensino básico (infantil; fundamental e médio);

⁴ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;

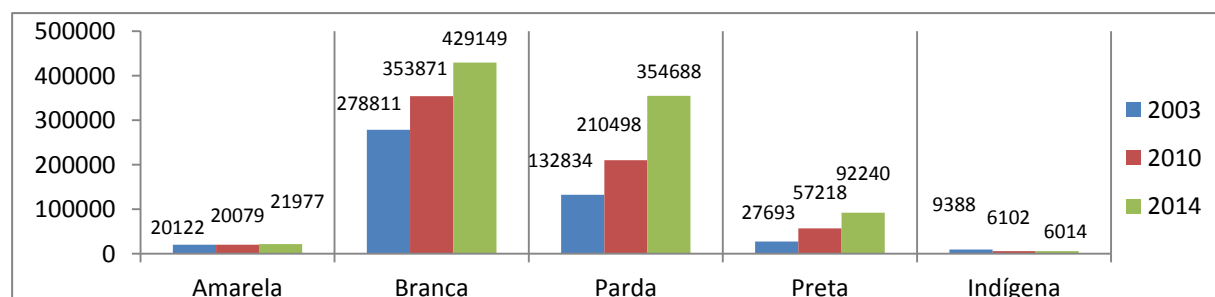
das IFES⁵. Desta pesquisa pode-se ter como conclusão: a população negra esta em ritmo crescente de ingresso nas IFES; as mulheres estavam em uma crescente até o ano de 2014, quando houve uma ligeira baixa; o corpo de alunos das IFES está com a tendência de proporcionalidade com a população que se autodeclara participante de determinada raça ou cor, segundo os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Tabela referente a população (segundo o IBGE) e graduandos em IFES (segundo a ANDIFES) em porcentagem – 2003, 2010 e 2014:

Cor/raça	Pesquisa	2003	2010	2014	População	Pesquisa	2003	2010	2014
Amarela	ANDIFES	4,5	3,06	2,34	Amarela	IBGE	0,44	1,09	0,49
Branca	ANDIFES	59,4	53,93	45,67	Branca	IBGE	51,96	47,73	45,48
Parda	ANDIFES	28,3	32,08	37,75	Parda	IBGE	41,47	43,13	45,05
Preta	ANDIFES	5,9	8,72	9,82	Preta	IBGE	5,93	7,61	8,58
Indígena	ANDIFES	2	0,93	0,64	Indígena	IBGE	0,19	0,43	0,4
Sem classificação	ANDIFES		1,28	3,78					

Fonte: ANDIFES; Elaboração própria.

Gráfico de graduandos segundo a raça/cor em IFES (2003; 2010 e 2014):



Fontes: FONAPRACE – Pesquisa de Perfil (2003 e 2010), CEPES (2014); Elaboração própria.

Em muitas IFES existem programas assistencialistas (moradia; bolsa livro; auxílio-aluguel etc), com o foco principal de diminuir evasões. O principal fator para determinar os contemplados pelos benefícios é o poder econômico do indivíduo ou de sua família. A seguir estará disposta uma tabela sobre a renda familiar bruta que compõe maioritariamente os alunos de IFES (ressaltando-se que os valores são informados pelos indivíduos nas pesquisas da ANDIFES e para obterem auxílio devem comprovar de fato sua condição econômica).

Renda familiar*	2014
De ½ SM – 1 SM	12, 15%

Fonte: ANDIFES; Elaboração própria.

⁵ Instituições federais de ensino superior;

Educação Nacional Pública e a Dinâmica Socioeconômica X Prêmio Econoteen de ensaios

De 1 SM – 3 SM	38, 23%	* Renda familiar da maioria dos estudantes das IFES; as três categorias (½ SM á 5 SM) no ano de 2014 equivalem a 68,65% da renda bruta em IFES;
De 3 SM – 5 SM	18, 27%	

SM = salário-mínimo, equivalente a R\$ 724, portanto de ½ á 5 SM compreendem a faixa de R\$ 362 até R\$ 3.620.

Para finalizar, destes 68, 65%, 50, 38% (R\$ 362 á R\$ 2,172) tem em sua maioria o grupo da população constituídos de pardos, pretos e indígenas que possuem menor condição econômica, acima desta faixa está o grupo de amarelos e brancos. Nas IFES a maioria é de estudantes brancos (45, 67%) e cerca de metade (51%) destes formam-se em escolas públicas em contra posição com os pardos (37, 35% nas IFES e 68% em escolas públicas) e pretos (9,82% nas IFES e 76, 95% em escolas públicas). Ainda segundo a ANFIFES, temos que:

“(…) a renda familiar mensal per capita média daqueles que cursaram o ensino médio somente em escola pública (R\$ 690) é menor do que a renda daqueles que cursaram somente uma parte do ensino médio em escola pública (R\$ 949), que, por sua vez, é menor do que a daqueles que cursaram uma parte do ensino médio em escola particular (R\$ 1.019). A renda familiar mensal per capita média daqueles que cursaram o ensino médio integralmente em escola particular (R\$ 1.331)”. (página 131 da Pesquisa do Perfil Discente – 2014).

6 A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A seguir, o perfil dos candidatos do vestibular que é considerado um dos mais difíceis do Brasil e que é o principal meio de ingresso para cursos de graduação e licenciatura para maior universidade pública da América Latina e uma das melhores do mundo⁶ – A FUVEST.

A Universidade de São Paulo é a instituição de ensino usada como parâmetro, pois é aquela que em processos avaliativos e de *ranqueamento* figura no topo da lista nacional. Segundo a relação de *oferta-demanda* aplicada ao serviço de graduação/licenciatura, temos que o serviço é demasiadamente concorrido, já que há grande discrepância no número de vagas (11.094) com o número de inscrições (142.724). Contudo, por ser uma universidade pública, deveria ser acessível a qual tipo de estudantes? Em teoria, a USP deveria funcionar com o corpo de alunos pertencentes a classes que não possuem poder econômico para pagar um ensino médio privado/ universidade privada, ou aqueles que caso consigam pagar, comprometeria estrutura econômica da família.

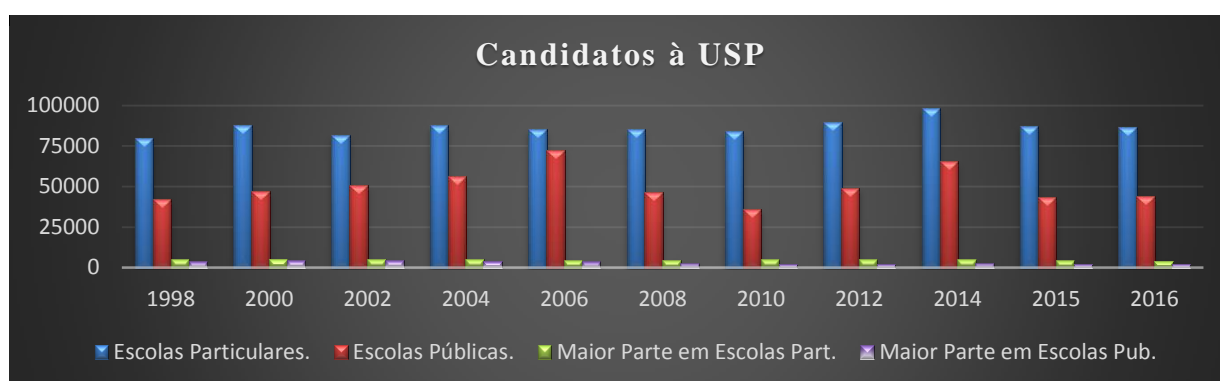
Mas a funcionalidade prática desta universidade, assim como a da maioria das universidades consideradas de qualidade no país, tem grande porcentagem de alunos que estudaram em escolas particulares. Isso em si não diminui o mérito individual daqueles que conseguiram

⁶ Segundo a QS World University, que analisa mais de 3.000 universidades (públicas e privadas) a USP é a 10ª colocada no grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a 143ª colocada no mundo.

o que estavam procurando (ensino de qualidade), contudo promove menor flexibilidade socioeconômica, já que dificulta um micro desenvolvimento (o do indivíduo e sua primeira instituição social, a família) por que, em geral, o indivíduo que não consegue um meio de ascensão (tanto social como econômica) a partir da educação tende a continuar na mesma categoria da estratificação socioeconômica. Contudo, caso este indivíduo conquiste uma vaga em uma universidade de qualidade e se empenhe em adquirir o conhecimento, tanto nas aulas como nas interações com grupos na instituição e por professores, este provavelmente se tornará um profissional que provocará, direta ou indiretamente, um macro desenvolvimento (o individual, da família e contribuirá nas demais instituições sociais, como a escolar, estado etc.).

A título de exemplo, o perfil educacional de indivíduos que tentam entrar na USP vs. os que matriculados no período de 1998 – 2016 (em anos alternados) estará abaixo apresentado na forma de gráfico, com dados da FUVEST, por meio do “Questionário de Avaliação Sócio-Econômica.

Tipo de escola de origem de candidatos da USP:



Fonte: FUVEST; Elaboração própria.

Origem escolar dos ingressantes da USP:



Fonte: FUVEST; Elaboração própria.

7 IMPACTOS DECORRENTES DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA CONJUNTURA NACIONAL

Devemos tratar as formas alternativas de ingresso nas universidades e os impactos socioeconômicos destas como o “remédio” descrito no item “Compreendendo a infraestrutura”, pois através deste viés a igualdade material nas universidades, principalmente em IFES, poderá se concretizar.

A conjuntura econômica nacional é decepcionante, e o país está figurado em um processo recessivo há cerca de 2 anos. Genericamente temos que o poder econômico dos consumidores está diminuindo, os produtores não estão produzindo, se não há venda constitui-se um menor giro de mercado, por isto há menor produção, e estes fatores aumentam o número de desempregados (11,8 milhões de trabalhadores, segundo o IBGE) e diminuem o número de investidores, constituindo-se assim uma espiral recessiva. Soma-se a esta espiral a questão as dívidas públicas históricas e também uma das cotas de juros mais elevadas do mundo.

Em momentos como estes a população que tem menor acesso às IFES é a mais prejudicada, a recessão econômica e os juros atuam em conjunto como caracteres de decréscimo em relação não somente às IFES, mas também em ingressos a universidades privadas. Os juros, a recessão e o desemprego constroem um perfil econômico que tem como características: dificuldades de pagamento de mensalidades; o aumento das taxas de empréstimos que subsidiariam a permanência em universidades; a diminuição de investimento estatal em diversos programas, como os de permanência, FIES⁷, “Ciência Sem Fronteiras”, assistencialistas etc.

Dada esta configuração temos que os meios alternativos para o ingresso no ensino superior deveriam ser fortificados já que a população com menor participação em IFES está sendo prejudicada e desde a criação do ensino superior nunca houve participação majoritária destes (pretos; pardos; indígenas; classe economicamente mais baixa etc). O governo deve, portanto, continuar com estas políticas afirmativas, principalmente devido ao momento atual. A lei nº 12.711/2012, que institui o programa de cotas raciais; Prouni⁸; SiSU⁹; FIES; subsídios governamentais materializam-se como “ações afirmativas”. Este termo surgiu em 1919 na Índia (WEDDERBURN, 2005, p.314), sociedade que é estruturada em estamentos há milênios, portanto não há educação libertadora, nem emancipacionista. Estas últimas características eram compartilhadas com a sociedade brasileira escravocrata, justificando-se assim a implementação de ideias propostas por indianos em prol de um desenvolvimento democrático em diversas esferas.

⁷ Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

⁸ Programa Universidade para Todos.

⁹ Sistema de Seleção Unificada.

lei nº 12.711/2012	59 universidades federais e 38 institutos federais de educação devem reservar 50% de suas matrículas a alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas ou no EJA (educação de jovens e adultos)
ProUni	Programa do MEC que disponibiliza bolsas integrais e parciais (50%) a universidades privadas de educação superior.
Sisu	Sistema gerenciado pelo MEC que, através do ENEM dispõem vagas a IFES em substituição ao vestibular.
FIES.	Programa de financiamento estudantil realizado pelo MEC que auxilia no pagamento das mensalidades a universidades não gratuitas.
Subsídios governamentais.	Apoio monetário que é concedido á uma pessoa ou um grupo através do governo visando desenvolvimento de algo (dos estudos no caso)

O Coeficiente de Gini é um indicador¹⁰ para qualquer processo de distribuição, geralmente utilizado para a desigualdade na concentração de renda. Segundo Regiane F. Reis (2014, p.27) no período de 2000-2010 ações afirmativas e valorização do salário mínimo fizeram com que este índice variasse de 0,547 (2000) a 0,494 (2010), referente à concentração de renda no país. Esta variação de 0,053¹¹ impacta diretamente no micro desenvolvimento familiar, aumentando o poder de compra de famílias mais pobres, possibilitando melhores condições de vida (moradia, saúde etc) e de oferecer melhor educação aos indivíduos (principalmente nas regiões Norte e Nordeste) e em um macro desenvolvimento, impactaria diretamente em diversas instituições sociais, como o Estado. O impacto máximo na conjuntura recessiva brasileira (Estado) se daria por políticas econômicas afirmativas com medidores (o índice Gini, por exemplo) indicando a redução progressiva de desigualdades¹² e desenvolvimento social, ou seja, estabelecendo através da educação e da menor desigualdade econômica os meios para equidade em diversas esferas.

Utilizando como meio esta equidade poder-se-ia aplicar dispositivos caracterizados como “remédio” em “Compreendendo a infraestrutura” em prol do desenvolvimento harmônico em sociedade, elevando a potência do desenvolvimento de todos os indivíduos, possibilitando acesso de fato a estruturas transformadoras para a camada menos privilegiada e o conjunto atuaria como fator político e econômico que levaria a sociedade, em primeira instância, à estabilidade e conseqüentemente (caso continue a progredir) ao desenvolvimento socioeconômico em todas as esferas.

¹⁰ Indicador que varia de 0 a 1, sendo 0 a repartição proporcional de algo á todos e 1 a concentração de algo em um único indivíduo;

¹¹ Caso fosse utilizado o PIB (de 2015 em valores da época, segundo o IBGE) de 5,9 trilhões de reais como parâmetro, 0,053% equivaleria a cerca de R\$ 3.127.000.000, ou seja, 3,127 bilhões de reais.

¹² Desigualdades – econômicas, sociais e educacionais - demonstradas pela ANDIFES, onde o coeficiente de Gini corrobora demonstrando maior concentração de renda na população branca, que por sua vez concentra-se no ensino médio particular (49%) tendo como resultado mais vagas no superior público federal (45,67%) e privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do presente ensaio foi relacionar de modo coeso e conciso as variantes construtivas do perfil da educação pública no Brasil ao longo da história e de seu reflexo socioeconômico na sociedade.

Em vista deste objetivo foi explicitada a base da dinâmica socioeconômica voltada a educação, tendo como base o grupo formador - constituído de fatores políticos e econômicos - , e os influenciados, que é a população que almeja o ensino público de qualidade. Na exemplificação foram descritos dados de indivíduos que tentam ingressar na Universidade de São Paulo e dos que conseguem, assim como também é descrito o perfil dos graduandos em IFES (segundo a ANDIFES) no censo de 2014 quanto à renda familiar majoritária e a correspondência proporcional de graduandos segundo a raça/cor em comparação com a população (segundo IBGE).

Em suma tem-se que a desigualdade racial/ econômica é fator dominante nos âmbitos educacionais públicos de qualidade e que esta continua a manifestar-se caso não haja fator forte de oposição a elas. Tendo em vista esta situação concreta, as políticas governamentais mobilizaram-se em prol de diminuir as desigualdades e democratizar o ensino, tornando-o acessível a uma parcela populacional que anteriormente não possuía meio que levasse (em quantidade semelhante com a constituição da população) ao ensino superior público. Foram aplicadas “ações afirmativas”, termo que advém da sociedade indiana, que apresenta características de desigualdade e de não emancipação individual por meio da educação que remetem a situação do Brasil há um século. Estas ações afirmativas se materializam por programas como o ProUni, SiSU, FIES, pela lei nº 12.711/2012 (Lei das Cotas para Ensino Superior) e programas assistencialistas (auxílio moradia/ livro/ alimentação; auxílio a permanência nas instituições etc).

Portanto, é de fácil compreensão que estas políticas afirmativas diminuíram parte da desigualdade racial/ econômica. Em referência a esta última e utilizando do coeficiente de Gini é visível uma desconcentração de renda após a aplicação destas políticas. Por fim, temos que a conjuntura nacional econômica e política faz com que a população com menor participação no ensino público de qualidade diminua e que devido a crise instaurada sejam cortados investimentos que tem como objetivo melhorar a situação das minorias. Dada a conjuntura brasileira, se faz imprescindível a existência de ações afirmativas que atuam visando a diminuição das desigualdades da nação.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira**. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Pesquisa-perfil-discente_ANDIFES.pdf>. Acesso em: 27 de Agosto 2016.

BRITO, Maria Divina Almeida. **O sistema de cotas nas universidades públicas e a diminuição das desigualdades sociais: um estudo de caso da Universidade de Brasília (UnB)**. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/161477/MONO-FINAL-11%20verso%2022-12.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 de Setembro 2016.

CARNOY, Martin. **Educação, economia e Estado (base e superestrutura, relações e mediações)**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 26, n. 1, p. 121-123, 1986.

FUVEST, Fundação Universitária para o Vestibular. Disponível em <http://www.fuvest.br/vest2016/estat/estat.stm>>. Acesso em: 26 de Agosto 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2015, PIB cai 3,8% e totaliza R\$ 5,9 trilhões**. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3111&busca=1&t=2015-pib-cai-3-8-totaliza-r-5-9-trilhoes>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2016.

LOMBARDI, José Claudinei. **HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis14/art4_14.pdf>. Acesso em 26 de Agosto 2016.

MORAES, Flavio Fava de Moraes. **Universidade, Inovação e Impacto Socioeconômico**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000300003>. Acesso em: 04 de Setembro 2016.

NUNES, César. **Economia, Educação e Sociedade: Matrizes Políticas e Estigmas Culturais da Administração Escolar No Brasil**. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art6_22e.pdf>. Acesso em: 22 de Agosto 2016.

REIS, Regiane de Fátima. **Os Impactos das Políticas Econômicas e Sociais do Governo Lula no Índice de Gini (2000-2010)**. Disponível em < http://www.unifal-mg.edu.br/economia/sites/default/files/economia/4_monografias/2014_2_Monografia%20Regiane%20de%20F%C3%A1tima%20Reis.pdf>. Acesso em: 06 de Setembro.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas – perspectivas e considerações**. In: Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005, p. 313- 336.

ZYLBERSTAJN, Eduardo. **Cotas nas universidades e aprendizado escolar: modelo teórico e evidências empíricas**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8238/63080100003.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 de Setembro 2016.